



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E. P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Decreto n.º 62/2022:

Aprova o Regulamento do Fundo de Gestão de Calamidades, abreviadamente designado FGC e revoga o Decreto n.º 53/2017, de 18 de Outubro.

Decreto n.º 63/2022:

Aprova a Declaração Modelo Geral, que permite arrecadar taxas e outro tipo de receitas próprias e consignadas previstas na legislação aplicável.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 62/2022

de 25 de Novembro

Havendo necessidade de ajustar o Regulamento do Fundo de Gestão de Calamidades (FGC), aprovado pelo Decreto n.º 53/2017, de 18 de Outubro, à Lei n.º 10/2020, de 24 de Agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Gestão e Redução do Risco de Desastres, ao abrigo da alínea f) do número 1 do artigo 203 da Constituição, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo 1. É aprovado o Regulamento do Fundo de Gestão de Calamidades, abreviadamente designado FGC, em anexo, que é parte integrante do presente Decreto.

Art. 2. É revogado o Decreto n.º 53/2017, de 18 de Outubro, com excepção do artigo 1 na parte relativa à constituição do FGC.

Art. 3. O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 18 de Outubro de 2022.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Adriano Afonso Maleiane.*

Regulamento do Fundo de Gestão de Calamidades (FGC)

ARTIGO 1

(Natureza)

O Fundo de Gestão de Calamidades, abreviadamente designado FGC, é uma conta bancária dedicada, gerida pelo Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres, abreviadamente designado INGD.

ARTIGO 2

(Objectivos)

1. O FGC visa suportar os encargos dos diversos órgãos e organismos que intervêm gestão das calamidades.

2. Os recursos do FGC destinam-se exclusivamente ao financiamento das actividades de reforço da prontidão, resposta, recuperação e reconstrução pós-calamidades, nomeadamente:

- a) actividades de prontidão e resposta às calamidades, que incluem medidas de reforço da prontidão, operações de busca e salvamento, distribuição de bens de apoio nos centros de acomodação, recuperação e reconstrução pós-calamidades;
- b) programas e projectos de acção social ou de assistência produtiva na geração de emprego temporário sazonal para grupos urbanos e rurais afectadas por emergências;
- c) iniciativas dos órgãos locais do Estado, orientados para o reforço da prontidão e da capacidade de resposta e de recuperação às calamidades junto das comunidades locais; e
- d) contratação do seguro soberano para a protecção financeira do Estado.

3. O FGC pode ainda suportar actividades de reconstrução pós-calamidades, que visem conferir sustentabilidade às acções de recuperação pós-calamidades, porém sujeitas à disponibilidade financeira.

4. O financiamento das actividades indicadas na alínea b) do n.º 2 do presente artigo é objecto de regulamentação pelos Ministros que superintendem a área de Finanças e Género, Criança e Acção Social.

5. As normas que regem o financiamento das actividades referidas no n.º 3 do presente artigo são aprovadas por Diploma do Ministro que superintende a área de Finanças.

6. As actividades de prevenção de desastres devem ser custeadas pelos orçamentos sectoriais, no quadro das actividades normais de desenvolvimento, inscritas no Plano Económico e Social e Orçamento de cada instituição ou órgão local do Estado.

ARTIGO 12

(Publicação de relatórios)

1. O Relatório do Fundo deve ser publicado anualmente no *Boletim da República*.

2. O Relatório aprovado pelo Conselho Coordenador de Gestão e Redução de Risco de Desastres é enviado ao Tribunal Administrativo e ao Conselho de Ministros.

ARTIGO 13

(Auditoria)

Sem prejuízo do controlo interno, as contas do FGC estão sujeitas à auditoria interna.

ARTIGO 14

(Normas aplicáveis)

O FGC rege-se pelas normas do presente Regulamento, pelos regulamentos complementares aprovados pelos Ministros que superintendem as áreas de Finanças e Administração Estatal e Função Pública e demais legislação aplicável.

Decreto n.º 63/2022

de 25 de Novembro

Tornando-se necessário aprovar a Declaração Modelo Geral, que permite arrecadar taxas e outro tipo de receitas próprias e consignadas previstas na legislação aplicável, bem como recolher informação mais detalhada sobre a receita a ser canalizada aos Cofres do Estado, ao abrigo do disposto no artigo 79, conjugado com o artigo 217, ambos da Lei n.º 2/2006, de 22 de Março, Lei que estabelece os princípios

e normas gerais do ordenamento jurídico tributário moçambicano aplicáveis a todos os tributos nacionais e autárquicos, o Conselho de Ministros decreta:

ARTIGO 1

(Aprovação)

É aprovada a Declaração Modelo Geral, em anexo, que é parte integrante do presente Decreto.

ARTIGO 2

(Finalidade)

A Declaração Modelo Geral é utilizada na arrecadação de taxas e outro tipo de receitas próprias e consignadas, nos termos previstos na legislação aplicável.

ARTIGO 3

(Procedimentos)

Compete ao Ministro que superintende a área das Finanças actualizar a Declaração Modelo Geral, bem como aprovar os procedimentos necessários à sua implementação.

ARTIGO 4

(Revogação)

É revogada a Guia Modelo B receita eventual aprovada pela Portaria n.º 12721, de 25 de Outubro de 1958.

ARTIGO 5

(Entrada em vigor)

O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação. Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 18 de Outubro de 2022.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Adriano Afonso Maleiane*.

SE PREENCHER MANUALMENTE, POR FAVOR UTILIZE LETRA DE IMPRENSA

 <p>República de Moçambique Ministério da Economia e Finanças Autoridade Tributária de Moçambique DIRECCÃO GERAL DE IMPOSTOS</p>	<p>DECLARAÇÃO MODELO GERAL</p>	<p>M/G</p>																																										
<p>1 – TIPO DE DECLARAÇÃO</p> <p><input type="checkbox"/> Declaração Inicial <input type="checkbox"/> Declaração de Substituição</p>																																												
<p>2 – PERÍODO A QUE RESPEITA</p> <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">(Mês)</td> <td colspan="4"></td> <td style="text-align: center;">(Ano)</td> </tr> </table> <p>1. Entrega dentro do Prazo 2. Entrega fora do Prazo</p>							(Mês)					(Ano)	<p>3– NUIT</p> <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></td> </tr> <tr> <td colspan="10" style="text-align: center;">Área Fiscal/UGC</td> </tr> <tr> <td colspan="10" style="text-align: center;">.....</td> </tr> </table>												Área Fiscal/UGC																		
(Mês)					(Ano)																																							
Área Fiscal/UGC																																												
.....																																												
<p>5 – NOME/DESIGNAÇÃO SOCIAL DO SUJEITO PASSIVO</p> <p>.....</p>																																												
<p>6 – DOMICÍLIO FISCAL DO SUJEITO PASSIVO</p> <p>Rua /Avenida/..... N.º: Andar: Flat: Código Postal:..... Caixa Postal:</p> <p>Província: <input type="checkbox"/> Distrito /<input type="checkbox"/> Município:</p> <p><input type="checkbox"/> Posto Administrativo /<input type="checkbox"/> Distrito Municipal: Localidade :.....</p> <p>Bairro: Povoação:..... Célula: Quarteirão: N.º da casa:.....</p> <p>Tel. Fixo: Telemóvel:..... Fax:</p> <p>E-mail:..... E-mail alternativo:</p>																																												
<p>8 – APURAMENTO DO MATERIAL COLECTÁVEL</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 30%;">DESCRIÇÃO DA RECEITA</th> <th style="width: 20%;">BASE TRIBUTÁVEL</th> <th style="width: 20%;">TAXA</th> <th style="width: 30%;">Montante apurado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>.....</td> <td style="text-align: center;">01</td> <td></td> <td style="text-align: center;">05</td> </tr> <tr> <td>.....</td> <td style="text-align: center;">02</td> <td></td> <td style="text-align: center;">06</td> </tr> <tr> <td>.....</td> <td style="text-align: center;">03</td> <td></td> <td style="text-align: center;">07</td> </tr> <tr> <td>.....</td> <td style="text-align: center;">04</td> <td></td> <td style="text-align: center;">08</td> </tr> <tr> <td colspan="3" style="text-align: right;">SUBTOTAL-1</td> <td style="text-align: center;">09</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 60%;">DESCRIÇÃO DA RECEITA</th> <th style="width: 40%;">Montante apurado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>.....</td> <td style="text-align: center;">10</td> </tr> <tr> <td>.....</td> <td style="text-align: center;">11</td> </tr> <tr> <td>.....</td> <td style="text-align: center;">12</td> </tr> <tr> <td>.....</td> <td style="text-align: center;">13</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: right;">SUBTOTAL-2</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">14</td> </tr> </tbody> </table>			DESCRIÇÃO DA RECEITA	BASE TRIBUTÁVEL	TAXA	Montante apurado	01		05	02		06	03		07	04		08	SUBTOTAL-1			09	DESCRIÇÃO DA RECEITA	Montante apurado	10	11	12	13	SUBTOTAL-2			14				
DESCRIÇÃO DA RECEITA	BASE TRIBUTÁVEL	TAXA	Montante apurado																																									
.....	01		05																																									
.....	02		06																																									
.....	03		07																																									
.....	04		08																																									
SUBTOTAL-1			09																																									
DESCRIÇÃO DA RECEITA	Montante apurado																																											
.....	10																																											
.....	11																																											
.....	12																																											
.....	13																																											
SUBTOTAL-2																																												
	14																																											

10 – MONTANTE A ENTREGAR AO ESTADO		
Montante apurado	<input type="text" value="07"/>	MEIO DE PAGAMENTO <input type="checkbox"/> Numerário <input type="checkbox"/> Cheque n.º _____ Banco _____ <input type="checkbox"/> Agência _____ N.º conta _____ <input type="checkbox"/> Outros _____
Juros compensatórios	<input type="text" value="08"/>	
IMPORTÂNCIA A PAGAR		<input type="text" value="09"/>
11 – USO EXCLUSIVO DOS SERVIÇOS		
A presente declaração corresponde à verdade e não omite qualquer informação pedida. Data: ___/___/20___ Nome:..... Ass:_____	N.º de Receita _____ Data: ___/___/20___ <p style="text-align: center;">O RECEBEDOR</p>	N.º de Entrada _____ N.º de Inserção _____ Data: ___/___/20___ <p style="text-align: center;">Nome do funcionário</p> <p style="text-align: center;">Assinatura</p>

Preço — 30,00 MT